

# Superior Tribunal de Justiça

**HABEAS CORPUS Nº 538.100 - MG (2019/0301520-4)**

**RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**  
**IMPETRANTE : MARCOS VINICIUS DE BASTOS**  
**ADVOGADO : MARCOS VINICIUS DE BASTOS - PR097103**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**PACIENTE : LUAN GUSSO SMOLAREK (PRESO)**  
**INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

## DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de LUAN GUSSO SMOLAREK apontando como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.

Depreende-se dos autos que o paciente encontra-se preso preventivamente pela prática, em tese, do delito inscrito no art. 1º da Lei n. 9.613/1998 (lavagem de capitais, e-STJ fl. 4).

Segundo a acusação, no bojo da Operação “Caixa Forte”, o paciente foi flagrado permitindo que o grupo criminoso Primeiro Comando da Capital – PCC movimentasse vultosas quantias de dinheiro em suas contas bancárias (e-STJ fl. 101).

Impetrado prévio *writ* na origem, a ordem foi denegada em acórdão assim ementado (e-STJ fl. 3):

HABEAS CORPUS – LAVAGEM DE CAPITAIS – NEGATIVA DE AUTORIA – IMPROPRIEDADE DA VIA – REVOGAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA – IMPOSSIBILIDADE – DECISÃO FUNDAMENTADA – GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA E CONVENIÊNCIA DA INSTRUÇÃO CRIMINAL.

1. A negativa de autoria, por demandar dilação probatória, é incompatível com os limites estreitos do Habeas Corpus.
2. A Prisão Preventiva, para a garantia da ordem pública e para a instrução criminal, justifica-se pela gravidade concreta dos fatos deflagrados na “Operação Caixa Forte”, que noticia a prática de Crimes de Tráfico de Drogas, Associação para o Tráfico e Lavagem de Capitais por integrantes e colaboradores da Organização Criminosa conhecida como Primeiro Comando da Capital (PCC), em quatro Estados brasileiros.
3. As Medidas Cautelares Diversas da Prisão são insuficientes, considerando-se a necessidade de se interromper a atuação dos integrantes da Organização Criminosa.

# Superior Tribunal de Justiça

Daí o presente *writ*, no qual alega a defesa que a decisão que decretou a prisão preventiva do paciente carece de fundamentação idônea (e-STJ fl. 25).

Assere não haver justa causa para o prosseguimento da ação (e-STJ fl. 23).

Requer, liminarmente e no mérito, a expedição de alvará de soltura em favor do paciente. Eventualmente, pleiteia a substituição da prisão preventiva por medida cautelar diversa (e-STJ fl. 31).

É, em síntese, o relatório.

A liminar em *habeas corpus*, bem como em recurso ordinário em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

Em juízo de cognição sumária, não visualizo manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência.

Assim, mostra-se imprescindível a análise dos elementos de convicção constantes dos autos, o que ocorrerá por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, **indefiro a liminar**.

Solicitem-se informações ao Juízo de primeiro grau – em especial o envio de cópia de eventuais decisões sobre pedidos de revogação/relaxamento da prisão preventiva – e ao Tribunal de Justiça, ressaltando-se que deverão noticiar a esta Corte Superior qualquer alteração no quadro fático atinente ao tema objeto deste feito.

Requeira-se, ainda, senha para acesso aos andamentos processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do CNJ.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília, 08 de outubro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO  
Relator

